

## Dimensões da Autonomia: O Programa Bolsa-Família no discurso midiático e na fala das beneficiárias

Ângela Marques (UFMG)\*

### RESUMO

Apresenta-se neste artigo uma investigação empírica acerca das dimensões da autonomia associadas ao Programa Bolsa-Família do governo Lula. No espaço de visibilidade midiática (Jornal Nacional, Fantástico, Veja, Isto é e Folha de S. Paulo) esse programa é retratado por meio de frames que ressaltam as noções de paternalismo, filantropia, exclusão e auto-sustentação. Tais frames, além de articularem os argumentos de agentes políticos em uma deliberação mediada a longo prazo, aparecem também nas discussões entre as beneficiárias do programa através da realização de grupos focais em três regiões distintas da cidade de Belo Horizonte (Pampulha, Barreiro e Venda Nova). O embate argumentativo travado no espaço de visibilidade midiática é comparado à troca de pontos de vista gerada nos grupos focais a fim de identificarmos como a autonomia é entendida, elaborada e vivenciada. Verifica-se, então, as consonâncias e discrepâncias presentes nos modos de conceber e lidar com as políticas sociais de combate à pobreza que têm como objetivo vencer a dependência.

**Palavras-chave:** autonomia, pobreza, deliberação mediada, conversação face a face, grupo focal

### ABSTRACT

*This paper presents an empirical investigation about the dimensions of autonomy associated with the Brazilian Government "Bolsa-Família" Program's (a program of conditional cash transfer). In the space of national mediated visibility, composed by the following media programs: Jornal Nacional (television news), Fantástico (television news), Veja (magazine), Isto é (magazine) and Folha de S. Paulo (newspaper), the "Bolsa-Família" is framed by arguments based on the notions of paternalism, philanthropy, exclusion, and self-sustaining. Those frames articulate the arguments of political agents engaged on a long term mediated deliberation and also appear in the discussions beyond the program's beneficiaries assembled in the focus groups realized in three distinct regions of Belo Horizonte city (Pampulha, Barreiro e Venda Nova). The give-and-take of arguments undertaken on the space of mediated visibility is compared with the exchange of points of view generated by the focus groups. This comparison shows, on the one hand, how autonomy is understood, perceived and experienced by the beneficiaries and the social, political and media actors. On the other hand, it discloses the consonances and discrepancies of the ways of conceiving and operating with social politics against poverty whose aim is overcome dependency.*

**Key words:** autonomy, poverty, mediated deliberation, face-to-face conversation, focus groups

---

\* Mestre em Comunicação Social pela UFMG, doutoranda em Comunicação Social pela mesma instituição e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (angelikyt7@yahoo.com).

## **O Programa Bolsa-Família e a busca por autonomia**

A idéia básica de autonomia entrelaça-se fortemente com as noções liberais de auto-desenvolvimento, auto-determinação e auto-governo. Focaliza-se a capacidade independente de ação e construção do próprio self que um indivíduo apresenta, e se tal capacidade encontra-se livre de forças manipulativas externas ou internas. Nesse sentido, como apontam John Christman e Joel Anderson (2005), a autonomia entendida como auto-governo preza a habilidade que um indivíduo possui de agir de acordo com desejos, valores e condições que lhe são próprios. Para João Pissarra Esteves (2003), essa concepção de autonomia como a capacidade apresentada por cada indivíduo ser auto-reflexivo e auto-determinante quando deseja alcançar o que entende por seu próprio ideal de bem viver adequa-se a um sujeito que conheça plenamente suas próprias necessidades e o significado de suas ações (2003, p.97).

130

Essa concepção adequa-se bem à abordagem liberalista da autonomia, a qual carregava como máxima a seguinte frase: quanto menos restrições, mais autônomos são os sujeitos. Contudo, a idéia de indivíduos transparentes e auto-suficientes foi muito questionada por teóricos que, entre outros, defendem a política da identidade, alegando que as preferências, os objetivos e sobretudo as identidades são constituídos relacionalmente e não de maneira individualista. Maeve Cooke (1997), ao recuperar a abordagem que Jürgen Habermas faz da autonomia, aponta que ela não deve ser reduzida aos desejos, vontades e preferências subjetivas, distanciando-se da concepção liberal. Cooke acentua ainda que a concepção de autonomia desenvolvida por Habermas é “intersubjetivista e dialógica: o indivíduo ganha autonomia somente através de seu envolvimento em uma rede de relações comunicativas com os outros” (1997, p.272).

Os apontamentos desses dois autores somam-se às reflexões atuais de vários teóricos (Esteves, 2003; Anderson e Honneth, 2005; Habermas, 1996; Cohen, 1997; Bohman, 2000; Warren, 2001) de modo a investir em uma abordagem relacional ou social da autonomia. Tal abordagem considera que os indivíduos dependem uns dos outros para construir suas identidades e uma relação equilibrada e positiva com seu próprio self. Nesse sentido, não é só a pobreza material que acentua a vulnerabilidade da autonomia dos indivíduos, mas também relações de desrespeito, ostracismo social, negação de direitos e agressões físicas (Honneth, 1995). O fortalecimento e a proteção da autonomia pessoal dos indivíduos, assim como questões ligadas à justiça social não se resolveriam somente através da justiça redistributiva, mas sobretudo através do reconhecimento social recíproco.

Mas a autonomia pessoal dos indivíduos não se desenvolve sem a conquista da autonomia política (ou pública). Esta última reafirma a valorização

da troca pública de argumentos entre indivíduos moralmente capazes de formular os próprios pontos de vista e de alterá-los caso desafiados. A autonomia política é o resultado do exercício das capacidades de adquirir e preservar a autonomia pessoal, pois, ao mesmo tempo em que desenvolve suas habilidades de responder aos outros, o indivíduo constrói um entendimento sobre si mesmo e sobre os outros (Habermas, 1996; Bohman, 2000; Cohen, 1997). Nesse sentido, um dos maiores desafios à autonomia é a pobreza política, caracterizada por James Bohman como a “inabilidade de grupos e cidadãos de participarem efetivamente do processo democrático” (1999, p.333), ou seja, de iniciar uma deliberação pública sobre suas preocupações, influenciar o seu curso e ter suas razões consideradas.

Tendo em vista a atual preocupação dos teóricos acima mencionados em desenvolver uma abordagem relacional da autonomia podemos nos perguntar quais dimensões da autonomia estão presentes nas relações vivenciadas pelas beneficiárias de programas sociais como o Bolsa-Família do governo Lula? Pode haver autonomia em uma situação de extrema vulnerabilidade social, cultural e econômica? Há alternativas para escapar da pobreza política? E ainda, como o Programa é discursivamente elaborado por meio do embate de argumentos no espaço de visibilidade midiática?

Criado em outubro de 2003, o Bolsa-Família representa hoje o principal sustentáculo do já quase inexistente Programa Fome Zero<sup>1</sup>, destinando uma soma que varia entre R\$15,00 e R\$95,00 para famílias que possuem renda de R\$100,00 per capita. Diferentemente dos programas sociais dos governos anteriores, o Bolsa-Família coloca em primeiro plano a independência e a autonomia das beneficiárias. Além da transferência de Renda, o Bolsa-Família insere-se no contexto mais amplo do que pretendia o Fome Zero: oferecer cursos profissionalizantes, de alfabetização, manter as crianças na escola, freqüentar os postos de saúde, incentivar a agricultura familiar, etc. O objetivo do Programa, de acordo com os argumentos do Presidente Lula e de sua equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é fazer com que o Bolsa-Família inaugure um espaço em que as pessoas mais pobres devem lutar por seus direitos mais básicos e também por aqueles direitos que

---

<sup>1</sup> O surgimento do Fome Zero (em janeiro de 2003) foi marcado por muitos atropelos e confusões. A iniciativa emergencial do Programa era, no início, a distribuição de cupons de alimentação que seriam trocados por comida em estabelecimentos credenciados pelo governo. Depois, falou-se em distribuir dinheiro. Foi então providenciado o cartão-alimentação do Fome Zero, assegurando um benefício mensal a famílias com renda de R\$50 por pessoa destinados exclusivamente à compra de alimentos. Mas, sem dinheiro suficiente para atender as pessoas cadastradas pela Caixa Econômica Federal, o governo optou pelos “mais pobres entre os pobres” para receberem o benefício que variava entre R\$50 e R\$ 95 mensais dependendo do número de filhos e da presença de gestantes e mulheres em fase de amamentação na família. A coordenação de todo o processo de implantação do programa ficou a cargo do novo Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Desse modo o Fome Zero passa a atuar ao lado de dois programas sociais anteriormente instaurados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. Ficavam assim distribuídos os benefícios: 30 reais de Bolsa-Alimentação, 15 reais de Bolsa-Escola por criança (até no máximo 3), 7 reais de Vale Gás e 50 reais do Cartão Alimentação. Só num segundo momento é que programas de transferência de renda foram unificados e receberam o nome de Bolsa-Família.

asseguram a participação nos processos de produção de decisões relativas ao bem comum de coletividades localmente situadas<sup>2</sup>.

Todavia, por mais que a concepção do programa procure afastar-se da lógica do assistencialismo, as próprias beneficiárias entrevistadas nesta pesquisa demonstram desconhecer os cursos de qualificação oferecidos pelo governo, reduzindo o programa ao “dinheiro no bolso”. Somados à falta de informação, temos ainda os graves problemas de desvios de verbas do programa (repassadas aos municípios pelo Governo Federal em um mecanismo de distribuição descentralizada) tanto alardeados pela mídia.

No espaço de visibilidade midiática nacional, o Bolsa-Família vem sendo retratado sob enquadramentos<sup>1</sup> que vão desde denúncias de fraude<sup>3</sup> até a composição de argumentos estruturados em torno das noções de patriarcalismo, filantropia e auto-sustentação. Acreditamos que os pontos de vista de atores midiáticos, políticos e cívicos não compõem, à primeira vista, um debate em que uns respondem aos outros reciprocamente. Contudo, opiniões que a princípio parecem dispersas, se consideradas a longo prazo, podem ser retomadas em argumentos posteriores, alimentando um sistema deliberativo tomado em sua amplitude, ou seja, um sistema que abrange debates realizados na mídia, nos espaços administrativos formais, em espaços informais de conversação cotidiana e em espaços de engajamento cívico, como as associações de bairro e movimentos sociais (Mansbridge, 1999). Assim, os argumentos disponibilizados pela mídia impressa e televisiva podem auxiliar a compor tanto um debate pluralista mediado (em que posições são formuladas, aclaradas e contestadas a longo prazo) quanto tornarem-se parte de um amplo sistema deliberativo fornecendo-lhe razões e informações que de outra forma permaneceriam sem a devida problematização.

Mas e quanto aos argumentos e pontos de vista que são formulados fora do espaço de visibilidade midiática? Se considerarmos que no contexto sócio-político brasileiro o fortalecimento da temática da autonomia possui forte relação com os “novos movimentos sociais” ocorridos nas décadas de 70 e 80, e que esses movimentos buscavam o rompimento das relações clientelistas e patriarcais entre estado e sociedade<sup>4</sup>, parece difícil percebermos as beneficiárias do bolsa-família como agentes autônomos que articulam,

<sup>2</sup> As reuniões de acompanhamento deveriam configurar-se em instâncias em que “passa-se do universo doméstico à participação ativa na construção do espaço público. Portanto, a metodologia utilizada nas reuniões de acompanhamento é essencialmente participativa, provocando o posicionamento pessoal, a escuta do grupo, a discussão com trocas de opiniões, facilitando mudanças de atitude a partir do hábito de compartilhar, do confronto, do diálogo, da reflexão. (...) A experiência de grupo é fundamental para que as pessoas superem uma atitude de isolamento e impotência frente à exclusão e passem a construir o seu próprio processo de autonomia, de participação e de emancipação.”(Cf. *Relatório do Programa Bolsa-Escola Municipal/ BH*, julho de 1999 a dezembro de 2003. Secretaria Municipal de Educação, 2004).

<sup>3</sup> O *frame* é uma “ferramenta conceitual que confere suporte à mídia e aos indivíduos para interpretar e avaliarem informações. (...) Ele não predetermina a informação que o indivíduo vai procurar, mas ele pode conformar aspectos do mundo em que o indivíduo experimenta tanto de forma direta ou através da mídia, o que é crucial para o processo de construção de sentidos”(Neuman;Just;Crigler, 1992, p.60 e 61).

<sup>4</sup> Ver principalmente: *Fantástico* do dia 17/10/04 e repercussão no *Jornal Nacional* de 18/10/04; *Fantástico* do dia 12/02/06 e repercussão no *Jornal Nacional* do dia 13/02/06.

negociam e lutam por seus direitos interpelando o Estado em condições de igualdade. Vários fatores parecem acentuar a vulnerabilidade da população atendida por programas de distribuição de renda como o Bolsa-Família: carência material, pobreza política, desvalorização moral, estigmatização, não-desenvolvimento de suas capacidades de influir em debates e deliberações sobre políticas sociais que os afetam e outros tipos de dificuldades que se colocam como obstáculos para a consolidação de sua autonomia. Neste artigo a fala das beneficiárias é capturada e analisada através da realização de três grupos focais em três das nove regiões da cidade de Belo Horizonte (Pampulha, Barreiro e Venda Nova).

A fim de melhor explorarmos as questões acima expostas, o trajeto argumentativo deste artigo apresenta-se dividido em três partes. Em um primeiro momento, abordarei a especificidade metodológica da técnica dos grupos focais destacando seu design favorável ao processo reflexivo e recíproco de troca de argumentos. Em um segundo momento, explorarei o confronto discursivo sobre o Bolsa-Família exposto no espaço de visibilidade midiática nacional, destacando os recursos simbólicos, os atores, os discursos e os enquadramentos utilizados na conformação dos argumentos aí dispostos. Também nessa segunda seção serão trazidas para análise as opiniões e o debate das beneficiárias sobre as matérias televisivas e da mídia impressa que foram utilizadas nos grupos focais.

### **O grupo focal como contexto de reprodução das conversações cotidianas**

133

Os grupos focais são basicamente entrevistas em grupo, cujo foco principal reside na interação do grupo, e não no mero intercâmbio de perguntas e respostas entre o pesquisador e os integrantes do grupo. A interação entre os membros do grupo está baseada em tópicos específicos que são trazidos pelo pesquisador que geralmente assume o papel de moderador do (Morgan, 1997, p.2)<sup>5</sup>. Deste modo, nos grupos focais há o uso explícito da interação de grupo para produzir material de análise e insights que seriam menos acessíveis de outro modo.

Segundo David Morgan, a interação gerada no encontro de experiências e vozes singulares é a fonte de dados do pesquisador, fazendo com que o método se auto-sustente. O interesse do pesquisador está voltado

---

<sup>5</sup> O grupo é focado no sentido que envolve algum tipo de atividade coletiva, como ver um filme, examinar uma mensagem ou simplesmente debater um conjunto específico de questões. A grande maioria dos autores é unânime ao afirmar que o grupo deve ser composto por 6 a 10 participantes, tendendo a uma homogeneidade com relação à idade, ao sexo, à classe social etc. O pesquisador pode trabalhar com grupos pré-existentes ou selecionar os participantes de modo aleatório; ele deve realizar quantos grupos julgar produtivo para a pesquisa, sem desconsiderar um "ponto de saturação", que ocorre quando as histórias e depoimentos começam a se repetir. Afinal, a utilização dessa técnica prima pela qualidade das discussões e relações construídas em um pequeno espaço de tempo (entre uma e duas horas, por exemplo) e não pela quantidade. Para uma discussão mais detalhada, ver Morgan, 1997.

para os modos como os indivíduos, enquanto membros de um grupo, discutem um determinado conjunto de questões sobre um tema específico (Morgan, 1997; Bryman, 2001; Kind, 2004).

Com relação à especificidade dos grupos focais, Morgan salienta o efeito de grupo, ou seja, o fato de que “os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca” (1996, p.139). Essa habilidade de observar a extensão e natureza do acordo e desacordo entre os participantes é algo único do grupo focal. Segundo Jenny Kitzinger (1994) os grupos focais não deixam de ser situações artificialmente construídas, mas oferecem a oportunidade de recriação de contextos interativos que podem ser entendidos como um “fórum através do qual idéias podem ser esclarecidas” (1994, p.106). Na perspectiva da Kitzinger, o grupo focal “deveria ser usado para encorajar as pessoas a se engajarem umas com as outras, a formularem verbalmente suas idéias e exporem as estruturas cognitivas que estavam previamente desarticuladas” (1994, p.106).

Assim como Kitzinger, Peter Lunt e Sonia Livingstone (1996) percebem o grupo focal, não como um agregado de opiniões individuais, mas como uma “simulação” de contextos comunicativos rotineiros nos quais o sentido é socialmente construído. Nessa abordagem, o processo de construção dos sentidos ocorre através da troca recíproca de pontos de vista, de argumentos e de experiências:

134

*Os grupos focais provêm a oportunidade de observar os participantes conduzindo seus próprios testes discursivos, negociando sentidos, confirmando ou desafiando modos apropriados de percepção. (...) Eles podem revelar premissas cognitivas ou ideológicas que estruturam argumentos, os modos como vários discursos estão enraizados em contextos particulares e experiências específicas são trazidas à tona nas interpretações que marcam a construção discursiva das identidades sociais (Lunt; Livingstone, 1996, p.88 e 96).*

Segundo Alan Bryman (2001), as interações argumentativas que ocorrem nos grupos focais revelam que os participantes não só concordam uns com outros, mas também compreendem-se mal, questionam-se mutuamente, tentam persuadir um ao outro da verdade contida em seu próprio ponto de vista e, às vezes, discordam veementemente uns dos outros. Contudo, um desacordo sempre leva os participantes a esclarecerem e justificarem seus posicionamentos, freqüentemente identificando aspectos de sua experiência pessoal que os levaram a assumir determinadas visões e não outras.

Partimos da premissa de que o contexto dos grupos focais permite que os participantes articulem experiências e dramas privados a questões de natureza coletiva, ou seja, problemas relacionados às políticas sociais, às leis e à própria política institucional. Partimos da premissa de que as conversações cotidianas das pessoas revelam um tipo de cidadania construída cotidianamente, e não só em momentos específicos (como as eleições ou protestos públicos) ou em arenas institucionais formais (Scheufele, 2000). Acreditamos que esse tipo de conexão entre a vida privada e questões que “devem ser discutidas por todos” (Mansbridge, 1999), pode ser explicitada nas conversações cotidianas realizadas em espaços informais de encontros (consideramos não só as associações de bairro mais organizadas, mas também os espaços de reunião para a realização de atividades manuais, leitura ou mesmo locais de lazer como parques e playgrounds) é fundamental para alimentar processos mais amplos de deliberação pública.

É importante destacarmos que tanto nesses espaços rotineiros de conversação, quanto na esfera de visibilidade midiática, os agentes articulam suas “falas” utilizando um conhecimento de fundo compartilhado. Tal conhecimento é acessado de modo a relacionar algo que é alvo da discussão àquilo que já é conhecido por todos.

## Escolhas metodológicas

Propomos-nos neste artigo a investigar como diferentes dimensões da autonomia aparecem no debate mediado a longo prazo, assim como em conversações face a face em grupos focais acerca de uma política social específica: o Programa Bolsa-Família do governo Lula. Para tanto, foi realizada uma investigação em duas vertentes: a) para caracterizar a deliberação mediada a longo prazo, foi analisado um conjunto de matérias jornalísticas entre os anos de 2003 e 2006. Foram analisados “textos” das revistas semanais *Veja* e *Isto é*, do jornal diário *Folha de S. Paulo* e dos noticiários televisivos *Jornal Nacional* (diário) e *Fantástico* (dominical); b) para caracterizar o debate face a face foram organizados três grupos focais com beneficiárias do Programa Bolsa-Família (para conhecer o perfil das participantes dos grupos focais ver anexos) em três das nove Administrações Regionais da cidade de Belo Horizonte<sup>6</sup>: Regional Barreiro<sup>7</sup>, Regional Pampulha<sup>8</sup> e Regional Venda Nova<sup>9</sup>.

135

<sup>6</sup> A cidade de Belo Horizonte, além de contar com um alto grau de organização dos dados cadastrais e conhecimento das famílias beneficiadas, é apontada como a capital que possui a maior cobertura do Bolsa-Família. Tais constatações nos levaram a escolher essa cidade como a melhor opção para o trabalho investigativo a ser empreendido neste artigo. Todo o processo de realização dos grupos, desde o contato com os responsáveis pelo Bolsa-Família nas regionais, até a reunião com as beneficiárias ocorreu no período de 19/10/05 a 04/11/05. É importante destacar que antes de iniciar o contato com os Gerentes de Transferência de Renda de cada Regional, foi preciso obter uma autorização formal da Gerente Geral do Bolsa-Família em Belo Horizonte, Márcia Teixeira. Sou grata a ela pela atenção e pelas explicações referentes ao funcionamento do Programa em BH.

<sup>7</sup> Agradeço à Rosa Lourdes Fernandes (Coordenadora do CAD-Único Barreiro) e ao Rogério Gerônimo (Gerente Regional de Programas de Transferência de Renda e Geração de Trabalho) pelas preciosas informações a mim disponibilizadas. Agradeço também à Lindalva (Coordenadora do BEM-Barreiro) pelo auxílio inestimável na realização do grupo focal.

<sup>8</sup> Agradeço à Mônica Figueiredo (Gerente de Transferência de Renda e Geração de Trabalho), ao Lucas e à Sandra Quelroz pelo incentivo e pelo acesso ao banco de dados da Regional. Expresso também meus agradecimentos ao Ramon (Gerente NAF-Pampulha) e a Ivanelde (COMARR).

<sup>9</sup> O contato com as beneficiárias da Região de Venda Nova foi feito através do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) mantido pelo Colégio Santa Dorotéia. Agradeço à Graça (Coordenadora do EJA), pelo grande apoio e auxílio no contato com as beneficiárias.

Os grupos focais foram compostos por 5 a 8 beneficiárias do Bolsa-Família, independentemente de critérios como idade, raça e classe social (pobres, extremamente pobres, por exemplo). Os grupos foram realizados em locais de fácil acesso e onde elas se sentissem à vontade (geralmente um espaço pela própria Regional ou instituição social como o NAF (Núcleo de Apoio à Família). O contato com as beneficiárias foi feito através do telefone, obtido previamente junto às Regionais. Somente o grupo realizado com beneficiárias da Região de Venda Nova não contou com o envolvimento da Regional, mas sim da lista de beneficiárias matriculadas no EJA do Colégio Santa Dorotéia. Para que as condições de acesso fossem ampliadas, oferecemos um auxílio-passagem no valor de R\$10,00 a cada uma das participantes dos grupos focais.

O roteiro para a discussão nos grupos focais foi organizado em duas partes<sup>10</sup>: a) na primeira parte, as beneficiárias respondiam a questões que cercam dimensões do conceito de autonomia (procurou-se não fazer uma referência direta ao conceito); b) na segunda parte, foram disponibilizados “textos” da mídia impressa e televisiva referentes ao programa Bolsa-Família de modo que elas manifestassem suas opiniões e interpretações acerca do que foi visto e lido. As questões referentes à primeira parte da dinâmica eram semi-estruturadas e foram agrupadas em torno de tópicos nucleadores: i) campo da situação e das condições de vida; ii) campo das escolhas (opções para as condições identificadas); iii) campo dos direitos e deveres. Por sua vez, as matérias disponibilizadas para a discussão foram extraídas dos seguintes veículos: Revista Veja, Revista Isto É, Jornal Folha de S. Paulo e Jornal Nacional<sup>11</sup>. Essa divisão da dinâmica em duas partes teve o intuito de não atrelar a fala das beneficiárias somente aos enquadramentos disponibilizados pela mídia. Nosso objetivo era de, em um primeiro momento, fazer com que elas produzissem argumentos próprios fazendo ou não referência à mídia. Em um segundo momento, ao se depararem com os “textos” midiáticos, a intenção era de que elas refletissem, à luz dos argumentos produzidos e trocados na primeira parte do debate, sobre os próprios pontos de vista. A finalidade não era falar sobre a mídia, mas falar com a mídia, ou seja, dialogar com os discursos e pontos de vista presentes no espaço de visibilidade midiática.

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que coube à Ângela Marques o papel de moderadora dos grupos focais. O papel de observador foi executado por Augusto Veloso Leão, aluno de Iniciação Científica do curso de Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa sobre Mídia e Espaço Público (EME) da UFMG. A ele, meus sinceros agradecimentos pelo apoio logístico inestimável e pela árdua tarefa de anotar e observar o comportamento dos grupos.

<sup>11</sup> Dada a duração do grupo focal (entre 1h e 2:30hrs), as matérias da mídia impressa foram reduzidas a pequenos trechos, os quais enfatizavam as falas de atores políticos, cívicos e midiáticos. Nos três grupos focais realizados em BH, foram exibidas reportagens do *Jornal Nacional*. Os grupos do EJA e do Barreiro assistiram somente à reportagem do dia 20/10/05 (Seminário Internacional do Bolsa Família, balanço de 2 anos do programa). O grupo da Pampulha assistiu, além dessa, à matéria exibida em 01/11/05 (Relatório da ONG *Social Watch* sobre as políticas sociais de países em desenvolvimento).

É preciso ainda destacar a composição diferenciada dos três grupos focais. O grupo realizado com beneficiárias da Região do Barreiro era composto por mulheres que haviam sido recentemente incluídas no Programa, sendo que nenhuma delas participava de associações de bairro, movimentos sociais ou instituições cívicas. O grupo realizado com beneficiárias da região da Pampulha contou com a participação de três mulheres que trabalham na COMARP (Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha) e que, portanto, apresentavam um discurso mais engajado, que revelava uma relação diferenciada com o Programa. E, finalmente, o grupo realizado com as beneficiárias de Venda Nova reuniu beneficiárias que estudam no EJA (Educação de Jovens e Adultos) do Colégio Santa Dorotéia. A busca pelo caminho do estudo e da associação em cooperativas revela que essas beneficiárias estão buscando caminhos alternativos de enfrentamento da pobreza, o que fica claro no posicionamento por elas assumido durante o debate em grupo.

### **A organização discursiva através dos enquadramentos**

No embate discursivo que se estabelece no amplo espaço de visibilidade midiática, assim como nos grupos focais realizados com as beneficiárias do Bolsa-Família, podemos traçar distinções entre os atores e seus diferentes posicionamentos, porque estes se articulam em torno dos frames que estruturam a “cultura discursiva” de políticas destinadas ao combate à pobreza. De acordo com William Gamson e André Modigliani (1989), ao redor de uma dada questão problemática há sempre uma rede de discursos que a envolve e que sofre mudanças ao longo do tempo providenciando novas interpretações e sentidos acerca de seus pontos principais de tensão. Segundo eles, essa rede discursiva pode ser catalogada por meio das metáforas, frases de efeito, imagens, apelos morais e outras “pistas” simbólicas que compõem sua estrutura semântica.

Segundo Gamson, o enquadramento “é uma idéia organizadora central para produzir sentido de eventos relevantes e sugerir o que está em questão” (1989, p.157). Uma questão de interesse coletivo geralmente se configura através da formação de uma rede discursiva na qual diferentes atores políticos e sociais empreendem uma luta competitiva pela definição e configuração de tal questão. Cada um desses atores constrói o próprio discurso selecionando um recurso semântico capaz de salientar o ponto de vista que lhe interessa mais detidamente. Também os agentes da mídia fazem uso de enquadramentos específicos para abordar determinados eventos e episódios, sendo que, para Gamson (1989), os enquadramentos midiáticos organizam tanto o mundo dos jornalistas quanto o mundo de sua audiência<sup>12</sup>. Os enquadramentos relacionam-se, assim, com padrões e modelos persistentes

de apresentação e interpretação de questões através dos quais a mídia, os atores políticos e os atores sociais organizam seus discursos e posicionamentos no embate deliberativo. Cada um desses atores tende a utilizar recursos semânticos capazes de mobilizar suas audiências, tornando acessíveis a elas “atalhos” interpretativos capazes de aproximar e alinhar, por meio de valores compartilhados, pontos de vista em torno de um núcleo ou “comunidade discursiva” (Pan e Kosicki, 2001, p.43)<sup>13</sup>.

Argumentamos aqui que os enquadramentos são recursos estruturantes dos processos de deliberação pública e de conversação cívica. Sabemos que o processo deliberativo - entendido como a atividade cooperativa e recíproca de oferecer e providenciar razões publicamente defensáveis de modo a esclarecer o entendimento acerca de problemas comuns e/ou buscar soluções justas para eles - é marcado por uma contestação de pontos de vista e pela luta política travada em espaços diferenciados, seja em ambientes formais, informais, rotineiros ou midiáticos. Cada um desses ambientes congrega atores que lutam constantemente pelo direito de definir e dar forma às questões de seu interesse, assim como aos discursos que envolvem essas questões. Muitas vezes, a luta dos agentes é para manter questões importantes fora da agenda pública de discussão. É nesse sentido que Pan e Kosicki afirmam que participar do processo deliberativo envolve a produção constante de enquadramentos. Citando Gamson (1992), eles definem o enquadramento como “um processo discursivo de atores estratégicos que utilizam recursos simbólicos para participar de uma produção coletiva de sentido sobre questões ligadas a políticas públicas”(2001, p.36).

138

Nessa perspectiva, o enquadramento mostra-se como um esquema interpretativo capaz de organizar discursivamente o debate, permitindo aos participantes meios mais eficazes de elaboração e expressão de seus argumentos diante dos outros, os quais devem compreendê-los e avaliá-los. Assim, “enquadrar uma questão é participar estrategicamente da deliberação pública, tanto para a própria produção de sentido quanto para contestar os frames dos outros”(Pan e Kosicki, 2001, p.39). Nas seções seguintes, tentaremos identificar: a) os enquadramentos utilizados pelos atores que participaram no processo deliberativo de longo prazo no espaço de visibilidade midiática e b) os enquadramentos utilizados pelas beneficiárias na conversação propiciada pelo grupo focal ao tentarem definir suas experiências com relação ao programa, finalizando com uma comparação entre ambos.

---

<sup>12</sup> Gamson aponta que as notícias televisivas estão repletas de “metáforas, frases de efeito e outros esquemas simbólicos que providenciam um atalho cognitivo que sugere o fio principal da história a ser narrada. Esses esquemas providenciam a ponte retórica através da qual fragmentos discretos de informação são dispostos em um contexto e relacionados uns com os outros” (Cf. 1989, p.158).

<sup>13</sup> Pan e Kosicki destacam que uma deliberação pública bem sucedida “precisa que os participantes compartilhem não só valores para julgar ou avaliar políticas, mas também princípios, convenções e normas para articular esses valores”(2001, p.61).

## Deliberação mediada a longo prazo: disputas e lances discursivos

A deliberação que ocorre no espaço de visibilidade midiática é marcada por disputas por interpretação, sobretudo quando se trata de jogos políticos (Gomes, 2004; Dryzek, 2004). Tais disputas discursivas caracterizam uma forma de deliberação que muito se aproxima do modelo deliberativo proposto por John Dryzek (2001)<sup>14</sup>, ou seja, a deliberação entendida como uma competição de discursos que se estende no tempo e no espaço. Para ele, o que caracteriza a deliberação é justamente o fato de que “a constelação de discursos deve estar aberta ao controle popular difuso e comunicativamente competente” (2004, p.54). Nessa perspectiva, a deliberação não precisa necessariamente estar atrelada a um momento específico destinado a promover um intenso debate pontual, mas é uma atividade processual que pode ser estendida, na qual todos podem se engajar, pois “a qualquer tempo, a constelação de discursos pode ser enredada pelos muitos ou pelos poucos, ou mesmo por nenhum”(Dryzek, 2004, p.54). Seguindo a abordagem de Dryzek, podemos dizer que a deliberação mediada se desenvolve muito mais através de “lances discursivos” dispostos ao longo de uma extensa (e, por vezes, tortuosa) linha argumentativa, do que um debate ininterrupto, apresentado e apreendido de uma única vez.

Não podemos negligenciar o modo de operar da mídia, a qual muitas vezes reproduz e reafirma uma concepção da pobreza, do pobre e da exclusão tal como ela se apresenta no sistema político. Assim, temos consciência de que a mídia tende a reverberar enquadramentos que refletem a própria ambigüidade das políticas sociais de combate à fome e à pobreza expressas no plano político.

Sabemos que a mídia traz para seu espaço disputas existentes em outros âmbitos ao coletar falas de origens diferenciadas de modo a aproximá-las. Contudo, não há como fazer uma mera justaposição de representações e pontos de vista, é preciso qualificar os “lances discursivos” (Gomes, 2004) de modo a não equiparar a fala do veículo com a fala de diferentes políticos, entidades, etc. É preciso fazer essa distinção interna visto que são intervenções diferentes (lugares de fala diferentes).

Para concebermos a mídia como espaço de intercâmbio de argumentos, precisamos ter claro que esse espaço é: a) marcado pelo enfrentamento discursivo entre diferentes atores – desigualmente capacitados para a

---

<sup>14</sup>Existem vários teóricos que atualmente desenvolvem um abordagem particular - e algumas vezes controversas - acerca do conceito de deliberação pública. Ver Bohman, 1996; Habermas, 1997, 1996; Gutmann e Thompson, 2002; Shapiro, 2002; Goodin, 2003; Cooke, 2000; Cohen, 1997; Manin, 2002; Chambers, 2004; Benhabib, 1996). Contudo, não faz parte de nossas pretensões aqui traçar um amplo inventário de todas elas, mas sim explorar mais detidamente a concepção que John Dryzek (2004) desenvolve acerca do processo deliberativo considerado como um confronto discursivo que se desenvolve a longo prazo.

atividade deliberativa – que buscam dar forma e enquadrar as questões sob um ponto de vista que os favoreça, e b) perpassado por diferentes argumentos que competem entre si e que se tornam disponíveis aos cidadãos para que produzam o próprio entendimento das questões em pauta, seja em suas conversações cotidianas, seja em espaços institucionais de discussão.

Além da distinção entre “aqueles que falam” é preciso diferenciar também os diferentes enquadramentos conferidos à questão do Bolsa-Família. Dentro do próprio espaço de visibilidade midiática, argumentos e enquadramentos que aparecem na televisão podem ser retomados pela mídia impressa em diferentes rubricas ou editorias, e vice-versa<sup>15</sup>. A análise aqui apresentada não se restringe, portanto, a um mero contrapor de posições entre autoridades poderosas (o que seria uma barganha), uma vez que a deliberação é um processo de justificação recíproca, na qual os interlocutores não entram com a finalidade de defender uma imagem, ou de salvaguardar interesses próprios endereçando-se somente a seus pares, mas de modificar seus pressupostos tomando seus parceiros como iguais e considerando todas as objeções como dignas de consideração.

140

De modo a criar categorias para nossa análise, dividiremos os argumentos e os enquadramentos que compuserem o debate acerca do Bolsa-Família organizando-os através da identificação de seus atores principais. Acreditamos que agrupar os discursos dispostos no espaço ampliado de visibilidade midiática através dos atores que os proferem evita que caiamos no risco de equalizar o “peso” político desses atores, sendo que eles se servem de enquadramentos e fazem “lances discursivos” que condizem com seu status sócio-político. De acordo com Wilson Gomes (2004), na esfera de visibilidade nacional dominante, nem todas as vozes são valorizadas e nem todas adquirem o mesmo grau de relevância. Atores políticos, quando envolvidos no jogo político, devem zelar por sua “imagem pública”<sup>16</sup>. A política da imagem é definida por Gomes como “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas” (1999, p.147). Nesse sentido, quando, em nossa investigação empírica, extraímos posições e pontos de vista de atores políticos para análise, temos que considerar que essas posições, além de argumentos, produzem enquadramentos que visam manter a imagem pública dos atores, de seus partidos e dos ideais que manifestam.

Como acentuam Pan e Kosicki (2001), os atores sociais, ao produzirem enquadramentos acerca de uma questão, enquadram a si mesmos, suas relações com outros atores e o sentido de suas ações. Assim, “enquadrar

<sup>15</sup> Ver a repercussão das denúncias do *Fantástico* na *Folha de S. Paulo*.

<sup>16</sup> “A imagem pública, em sua substância, é uma entidade conceitual decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos lingüísticos (...) mesmo que não exista uma representação visual que lhes corresponda.” (Gomes, 1999, p. 147). Para Gomes, há imagens que não podem ser traduzidas visualmente: “imagens se fazem com ações e com discursos, principalmente e, além disso, com configurações expressivas que incluem, claro, elementos visuais, ao lado de outros tantos” (1999, p.149).

uma questão é participar estrategicamente da deliberação pública, tanto para a própria produção de sentido quanto para contestar os frames dos outros”(2001, p.39). Segundo eles, os atores que participam de um processo deliberativo desenvolvem seus próprios frames baseados em princípios e papéis institucionais específicos. Tais atores formam também “comunidades discursivas”<sup>17</sup>, alinhadas por convenções e normas estabelecidas e compartilhadas.

Na mídia impressa e televisiva identificamos, portanto, quatro grandes enquadramentos, sendo que cada um deles abarca uma quantidade significativa de sub-enquadramentos utilizados por diferentes atores.

### 1) O Enquadramento da Dependência

Este enquadramento reúne os argumentos de atores que se serviram das noções de “assistencialismo”, “pai dos pobres”, “manutenção da pobreza”, “esmola” e “carência” para formularem seus posicionamentos no debate. Vejamos os principais atores que utilizaram esse frame na composição de seus pontos de vista:

#### a) Lula

Nesse caso aqui o que menos me incomoda é saber se [o Bolsa-Família] é **assistencialista** ou não. O que me incomoda é saber se as crianças desse país tão tomando café, tão almoçando ou tão jantando. É isso que me incomoda.<sup>18</sup>

141

#### b) Jornalistas e agentes da mídia:

Em muitos casos, as políticas compensatórias têm sido menos um complemento de renda do que a fonte principal do sustento familiar. O exemplo do Bolsa-Família é o mais emblemático: não raro o benefício pode se tornar um **inibidor da mobilidade social**, uma vez que muitos podem preferir a segurança do rendimento à instabilidade de um emprego que possa acarretar perda da renda adicional. É verdade que políticas compensatórias têm um papel a desempenhar no Brasil. Mas essas políticas, que representam custos elevados para o Estado, não podem nem devem substituir os efeitos de um **crescimento econômico vigoroso**, com oferta de emprego e **distribuição de renda**.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Pan e Kosicki destacam que uma deliberação pública bem sucedida “precisa que os participantes compartilhem não só valores para julgar ou avaliar políticas, mas também princípios, convenções e normas para articular esses valores”(2001, p.61).

<sup>18</sup> *Jornal Nacional*, 20/10/05.

<sup>19</sup> “Aumenta a exclusão”, *Folha de S. Paulo*, Opinião/ Editoriais, A2, 27/12/05.

É interessante notarmos aqui que o enquadramento da dependência desdobra-se no sub-enquadramento que enfoca o Bolsa-Família como “inibidor da mobilidade social”. Tal sub-frame sugere, utilizando as palavras da economista Lena Lavinas, que aqueles que são beneficiados pelo programa “estão deixando de ser trabalhadores para se tornarem assistidos. (...) O beneficiado não pode ter mobilidade social porque, se aumentar a sua renda, terá que abrir mão da bolsa”<sup>20</sup>. Ao mesmo tempo, a estratégia argumentativa aqui empregada faz referência a um outro enquadramento: o frame do bem-comum, estruturado em torno das noções de crescimento econômico e distribuição de renda.

Um outro tipo de sub-frame que podemos associar à categoria da dependência é aquele que associa o presidente à figura do “pai-dos-pobres”. O paternalismo está centrado nas suposições de que os indivíduos pobres e extremamente pobres não sabem o que é melhor para eles nem possuem meios de alcançar um ideal de bem viver por si mesmos. Portanto, cabe ao governo o papel de determinar o que é melhor e como alcança-lo (Rostboll, 2005)<sup>21</sup>.

*Lula se autoconcedeu o título de “pai dos pobres” ao dizer que queria cuidar dos pobres como de seus filhos. Deveria perder o pátrio-poder. Seu governo faz misérias com os miseráveis. Desorganiza e difama a política social por meio de marquetagens e idiotices como o Fome Zero, o Farmácia Popular e o Primeiro Emprego, criticadas a té por petistas de alguma decência.*<sup>22</sup>

142

Mais dois outros tipos de sub-frame merecem ser destacados: o sub-frame da “carência extrema” e o sub-frame da “injustiça e do preconceito”. O primeiro é freqüentemente utilizado na abertura de matérias que trazem informações sobre a vida das beneficiárias do programa. Esse frame acentua o lugar da pobreza como uma “paisagem natural”, sendo a imagem do pobre totalmente desenhada “em negativo sob o signo da incapacidade e impotência, fazendo da ajuda a única forma possível para os assim definidos carentes se manterem em sociedade” (Telles, 1999, p.97).

<sup>20</sup> Gois, Antonio. “Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo”, *Folha de S. Paulo*, Brasil A4, 25/12/05.

<sup>21</sup> O paternalismo implica, de acordo com Rostboll, que outra pessoa “acha que sabe, melhor do que eu, o que é bom para mim e qual o melhor modo de atingi-lo, e deseja impor sua visão à minha, contra (ou sob a ausência de) meu próprio julgamento, para meu próprio bem” (2005, p.384). Isso conduz a quatro diferentes formas de justificação para o paternalismo: (1) as pessoas não sabem o que é bom para elas mesmas; (2) as pessoas não sabem o que é o melhor para elas mesmas, (3) as pessoas não sabem como conseguir o que é bom para elas, e (4) as pessoas não têm força de vontade (Rostboll, 2005, p.383).

<sup>22</sup> FREIRE, Vinicius Torres. “Lula, o grande demagogo”, *Folha de S. Paulo*, Opinião, A2, 06/12/04.

*O Sovaco da Cobra é um lugar de ruas de areia suja, salpicado de lixo e povoado por gente miserável que recebe ou implora a assistentes sociais por algum benefício do governo federal. Um dos habitantes do Sovaco da Cobra é Pedro Geraldo Silva, 55, ex-alcoólatra, desdentado e dono de um ombro estropiado em um atropelamento no Rio de Janeiro, em 1993. Simpático e sorridente, o pernambucano chora à toa ao relatar o quanto é feliz. Sua mulher, Micinéia Rita dos Santos, 34, recebe R\$ 95 mensais do programa Bolsa-Família para manter Luan, 7, e Alan, 6, na escola.<sup>21</sup>*

Com relação ao sub-frame da injustiça e do preconceito podemos apontar dois grandes obstáculos que a vivência de situações como aquela abaixo descrita podem acarretar para a autonomia das beneficiárias: a vulnerabilidade da autonomia e a desvalorização social (Paugam, 1993).

*Residência humilde, baixa escolaridade, renda mensal de dois salários mínimos. A família que vive nesta casa tem o perfil de boa parte da população brasileira. Dona Glória, 48 anos, **negra, procurou emprego várias vezes, mas disse que sempre perdeu a vaga para concorrentes de pele clara.**<sup>22</sup>*

143

A escassez do emprego somada ao preconceito leva a danos não só à autonomia pessoal (o campo das escolhas se vê restringido levando-as a ‘aceitar o que tiver’)<sup>23</sup>, mas à formação da identidade dessas pessoas. A abordagem relacional da autonomia ressalta que um agente autônomo só exercita suas capacidades de avaliação, de escolha e de argumentação de maneira intersubjetiva. Assim, quando modos de desrepeito simbólico ou físico passam a mediar a relação entre os sujeitos, a desvalorização social passa a afetar negativamente o auto-entendimento que as pessoas têm de si mesmas (Honneth, 1995).

### c) Autoridades Públicas

<sup>21</sup> CAZIAN, Fernando. “Dinheiro vai para alimentos e bens”, Folha de S. Paulo, Brasil, A6, 30/10/05.

<sup>22</sup> Jornal Nacional, 01/11/05.

<sup>23</sup> De acordo com Maeve Cooke, “se o self deve ser autônomo para selecionar objetivos na base de suas avaliações fortes, ele precisa ter à sua disposição certos bens materiais (como comida, vestuário e acomodação) e receber educação que irão permitir o florescimento de suas capacidades e facultades deliberativas, Afinal, podemos falar de escolha autônoma somente se um leque adequado de opções se encontra disponível: se o self pode escolher somente entre opções triviais, ou se todas as escolhas são potencialmente ruins, a avaliação forte não é possível” (1999, p.27).

Se o PSDB fez um **exército de famintos** pelo Brasil, o PT, que prometeu resolver os problemas, veio para dar esmolas a esses famintos. (...) o que é o Fome Zero? É salário? Não. Se todo mundo tivesse salário não precisava dar comida de graça. Evidente que o Fome Zero é uma **esmola** (Paulo Maluf, PP, na época candidato à Prefeitura de São Paulo).<sup>24</sup>

O sub-frame da esmola é sem dúvida aquele que mais aparece nos argumentos contrários ao Bolsa-Família e ao Fome Zero de forma geral. Esse argumento desqualifica não só programa, mas também aqueles que dele se beneficiam. Afinal, um “exército de famintos” que não procuram emprego pois preferem a segurança de uma bolsa só podem ser entendidos de forma pejorativa. A imagem do “exército de famintos” homogeneiza as beneficiárias na situação estigmatizante da extrema carência. O jornalista Clóvis Rossi também utiliza esse sub-frame homogeneizante quando emprega a expressão “massa de pobres”:

**A esmola, tipo Fome Zero ou Bolsa-Família, é indispensável para que essa massa de pobres sobreviva. Mas a meta a ser cravada a fogo na agenda nacional deveria ser promover renda, via emprego, para que essa gente, ou ao menos a maior parte dela, possa ser incluída na vida civilizada.**<sup>25</sup>

144

Ao contrapor esmola e emprego, o argumento do jornalista deixa bem claro o lugar destinado ao pobre em nossa sociedade: um lugar marcado pela incivilidade, pelo desemprego e pela sub-cidadania.

## 2) O Enquadramento da Autonomia

Em contraposição constante ao enquadramento da dependência, o enquadramento da autonomia apresenta os “focos discursivos” organizados em torno de argumentos que destacavam os sub-frames de “independência via trabalho/emprego”, “emancipação”, “cidadania”, “inclusão”, dentre outros. Podemos perceber que na contraposição os sub-frames esmola X trabalho prevalece. É preciso destacar aqui que a maioria dos trechos de matérias da mídia impressa e televisiva levadas para as discussões nos grupos focais foram extraídos desta seção, ou seja, tiveram em comum o fato de articularem-se através do frame da autonomia. Tais frases encontram-se destacadas em itálico:

---

<sup>24</sup> CHRISTOFOLETTI, Lillian. “PT dá esmola a famintos, diz Maluf”, *Folha de S. Paulo*, Brasil, A4, 04/09/04. A autora da matéria ressalta que “PSDB e PT informaram ontem, por meio de suas respectivas assessorias de imprensa, que os candidatos não tinham interesse em responder às críticas de Maluf.”

<sup>25</sup> ROSSI, Clóvis. “Obesos, mas muito pobres”, *Folha de S. Paulo*, Opinião, A2, 19/12/04 (sobre obesidade).

## a) Lula

*“Todo mundo sente orgulho em fazer por merecer”  
(Presidente Lula).<sup>26</sup>*

*[O Governo] não tem necessidade de ficar dando o Bolsa-Família a vida inteira. Deus queira que um dia ninguém precise mais do Bolsa-Família, do cartão do Fome Zero, que todas as pessoas estejam trabalhando e comendo à custa do seu trabalho.<sup>27</sup>*

## b) Jornalistas e agentes da mídia

*“As bolsas não são planos de aposentadoria nem esmola, mas mecanismos passageiros para que os indivíduos habilitem-se a ganhar a vida sem ajuda oficial” (Gilberto Dimenstein).<sup>28</sup>*

## c) Autoridades Públicas

Como mencionamos anteriormente, o sub-frame da esmola é a todo momento contraposto ao sub-frame do emprego. Podemos verificar que vários dos argumentos fazem referência ao valor social conferido ao trabalho, uma vez que ele aporta valores como “independência” e “dignidade”, considerados essenciais ao “homem de bem”.

145

*A idéia do Fome Zero é péssima. Lido com gente pobre há muitas décadas no meu grupo empresarial e na Beneficência Portuguesa. **Pobre não quer esmola. Quer emprego.** Um ou outro malandro está sempre pensando em maneiras de aumentar seus ganhos sem fazer nada, sem dar nada em troca. Mas, graças a Deus, no Brasil esse tipo de gente é minoria. **Os homens de bem querem um emprego, querem criar a família com o fruto do seu trabalho.** O governo teria de estar focado em um programa de desemprego zero. A esmola do Fome Zero gera dependência. Já o **emprego torna a pessoa independente do governo** (Antônio Erminio de Moraes, Empresário).<sup>29</sup>*

<sup>26</sup> “Direito de ser sócio do Brasil”, Eduardo Matarazzo Suplicy, opinião, 5/11/03.

<sup>27</sup> DUAİLÍBI, Julia; SCOLESE, Eduardo. “Petista relativisa dados do IBGE sobre a fome”, Folha de S. Paulo, Brasil, A4, 21/12/2004 (sobre obesidade).

<sup>28</sup> “Vamos virar um país de mendigos oficiais?”, Gilberto Dimenstein, cotidiano, 26/10/03.

<sup>29</sup> SALGADO, Eduardo. “Como está, não pode ficar”, 5/11/03, Veja, Entrevista, pp.11-15.

*“Ninguém quer ficar dando bolsa, cartãozinho. O que nós queremos é que a população brasileira pobre possa estar incluída. Para isso ela precisa de salário e de trabalho” (Benedita da Silva)<sup>30</sup>.*

Identificamos também um sub-frame que aponta para o cumprimento das contrapartidas do programa bolsa-família (frequentar o posto de saúde, manter os filhos na escola, inscrever-se em cursos de capacitação, etc.). Nesse sentido, “sair da pobreza” e “caminhar com as próprias pernas” não é algo que depende somente de políticas redistributivas, mas também da iniciativa empreendida pelas beneficiárias e suas famílias em busca da auto-sustentação.

**“As famílias beneficiadas pela transferência de renda também têm que cumprir com suas obrigações, têm que fazer sua parte. Só assim vamos romper o círculo vicioso da miséria e da exclusão social, sem paternalismo, sem clientelismo” (Patrus Ananias)<sup>31</sup>**

**Há famílias que usam os recursos do Bolsa-Família para ingressar numa atividade econômica.** Há outras, no entanto, em que a situação de exclusão e fragilidade é tão grande que o programa, sozinho, não resolve. Ele tem que estar associado a outras políticas e esse tem sido o esforço do governo (Rosani Cunha, Secretária Geral do Programa Bolsa-Família, MDS).<sup>32</sup>

**“Queremos que essas pessoas se requalifiquem e consigam caminhar com suas próprias pernas. A bolsa deve ser só um impulso” (Maria Helena Castro)<sup>33</sup>**

**“Não é dar o dinheiro e achar que a coisa está pronta. (...) O esforço maior deve ser para a auto-sustentação das famílias” (Zilda Arns).<sup>34</sup>**

#### d) Beneficiárias

<sup>30</sup> “Ninguém quer ficar dando cartãozinho”, diz Benedita, Rafael Cariello, Brasil, 28/03/03.

<sup>31</sup> “Patrus vai divulgar à TV 5 milhões de incluídos”, Brasil, 18/09/04.

<sup>32</sup> “Bolsa-Família alivia pobreza, diz governo”, *Folha de S. Paulo*, Brasil A6, 25/12/05.

<sup>33</sup> “Alckmin abraça programa social de Lula”, Fabio Schivartche, cotidiano, 12/08/04 (fala de Maria Helena Castro, na época Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do governador Geraldo Alckmin SP).

<sup>34</sup> “Fome de Viver”, Célia Chaim, Entrevista com Zilda Arns (Coordenadora da Pastoral da Criança), 19/02/03 + “Foi dada a largada”, Antônia Márcia Vale, Cidadania, 5/02/03 (Isto É).

Reduzida geralmente a um espaço menor nos textos e reportagens jornalísticas, a fala das beneficiárias é construída sob a forma de um “clamor ao emprego”. O Bolsa-Família é visto como uma ajuda temporária, algo que pode ser descartado caso apareça uma oportunidade concreta de trabalho.

“Eu queria podê, assim, tê o meu **trabalho**, o meu marido tê o trabalho dele, prá gente podê ajudá a mantê a família.”(Dona Glória)<sup>35</sup>

“Nunca consegui um **emprego de carteira assinada**. Mas se eu começar a trabalhar eu vou e comunico: ‘Não quero mais [os benefícios], dá pra outra pessoa que precisa’”.<sup>36</sup>

### 3) O Enquadramento do Interesse Eleitoreiro (Jogo Político)

A proximidade das eleições presidenciais de 2006 tem feito com que os atores políticos, autoridades públicas e agentes da mídia produzam lances discursivos que revelem suas posições no jogo político. Assim, manchetes como “Bolsa-Família impulsiona intenção de voto em Lula”<sup>37</sup>, justificam a presença cada vez mais constante do Programa na esfera de visibilidade midiática.

#### a) Jornalistas e agentes da mídia

O governo age como se a transferência de recursos fosse um fim em si mesmo, e não uma política paliativa e de alcance reduzido se implementada sem ações complementares. Estratégias de desenvolvimento local e geração de renda, a ampliação da oferta de serviços e investimentos em saneamento básico, educação e habitação popular seriam medidas mais efetivas. Mas acabaram preteridas em favor de uma **iniciativa assistencialista de apelo eleitoral mais imediato**.<sup>38</sup>

#### b) Autoridades Públicas

Inclusão se faz com emprego e renda. E é bom lembrar que a atual rede de proteção social começou a ser implantada no governo Fernando Henrique Cardoso. Eram vários programas. Lula uniu tudo no Bolsa-Família. **Se eleito**

<sup>35</sup> *Jornal Nacional*, 01/11/05.

<sup>36</sup> “Programas sociais levam ‘mistura’ ao cardápio de família da zona leste”, *Folha de S. Paulo*, Brasil, A9, 26/12/05.

<sup>37</sup> *Folha de S. Paulo*, manchete de capa, 26/02/06.

<sup>38</sup> “Bolsa-Reeleição”, *Folha de S. Paulo*, Opinião/Editoriais, A2, 26/10/05.

**presidente, vou manter. Está correto.** Mas não para deixar eternamente as famílias na situação de pobreza. Por isso o fundamental é a educação. Considero essencial vincular a concessão do benefício à presença da criança em sala de aula (Geraldo Alckmin, Governador de SP e candidato à Presidência nas eleições de 2006).<sup>39</sup>

#### 4) O Enquadramento do Bem-Comum

Este frame pode ser contraposto ao frame que reúne os argumentos dispostos no jogo político voltado para as eleições e também à disputa política pela melhor imagem. Contudo, é freqüente a utilização do “bem-comum” como recurso retórico de convencimento nos momentos em que os lances discursivos são construídos e posteriormente publicizados. Assim, os lances discursivos que se servem desse enquadramento são construídos com o auxílio de noções que se remetem a um presumido ganho coletivo como, por exemplo, “crescimento econômico”, “distribuição de renda”, “fiscalização do repasse de verbas” (de modo a evitar injustiças) e “vontade nacional”.

##### a) Lula

148

Elas [políticas sociais] contribuem para a aceleração do **crescimento econômico** com **distribuição de renda**. Não podem ser assim confundidas com medidas compensatórias ou apenas filantrópicas.<sup>40</sup>

##### b) Jornalistas e agentes da mídia

**É preciso que a concessão dos benefícios seja urgentemente revisada e corrigida de modo a garantir que os recursos – cerca de R\$ 5 bilhões só neste ano e R\$ 6,7 bilhões no próximo – cheguem aos mais necessitados.** É de se esperar que o Bolsa-Família cumpra seu papel de política compensatória, estimule as famílias a matricular seus filhos na rede de ensino e não degenere, como corre o risco, em instrumento de clientelismo e fraudes encoberto e edulcorado pelo marketing oficial. De êxitos enganosos nessa área já basta o fiasco do malfadado Fome Zero.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Lo PRETE, Renata; SILVA, Fernando de Barros e. “Lula sabia, não haveria como desconhecer”, Folha de S. Paulo, Brasil A13, 18/12/05.

<sup>40</sup> SCOLESE, Eduardo; DUALIBI, Julia. “Lula ataca antecessores e diz que chegou a hora da colheita”, Folha de S. Paulo, Brasil, A4, 11/12/04.

<sup>41</sup> “Bolsa-Desvio”, Folha de S. Paulo, Opinião/Editoriais, A2, 21/10/04.

No argumento que se segue podemos perceber como os sub-frames anteriormente identificados de “exército de beneficiados” e “pai dos pobres” aparecem articulados de modo a contraporem-se ao sub-frame da vontade nacional, indicando que o Bolsa-Família deve ser fruto não do paternalismo, mas da emancipação política e econômica das famílias beneficiadas.

Este governo [Lula] também teve o mérito de focar o gasto social no Bolsa-Família, após perceber (mas não admitir publicamente, claro) o fracasso do programa Fome Zero. É preciso lembrar que programas sociais funcionam melhor quando são transitórios e muito bem focados. Caso contrário tendem a criar um **exército de beneficiados** sem incentivos para desgarrar-se do governo. O motivo de otimismo, portanto, está na constatação de que o verdadeiro **pai dos pobres** é a estabilidade econômica, expressão de uma **vontade nacional**, e não de seus governantes.<sup>42</sup>

### c) Autoridades Públicas

Eles [programas sociais como o Bolsa-Família] não podem ser considerados programas compensatórios. **A gente tá cuidando da geração futura**, do que ela vai significar em termos de um **cidadão passível de ter sua própria renda**, de inserir a comunidade e de **levar o país ao desenvolvimento econômico e social**.(Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil).<sup>43</sup>

149

Um “cidadão passível de ter sua própria renda” deveria ser incluído no mercado de trabalho, ou pelo menos possuir os recursos necessários para transformar os meios de que dispõe em fins. Contudo, a questão da justiça social não se soluciona através de uma revisão das regras de funcionamento do mercado. Quando a pobreza material é grande e a pobreza política impede que as beneficiárias se vejam como agentes morais capazes de lutar por seus direitos mais essenciais, como proceder? É interessante notarmos que o argumento que se segue é o único a inserir o sub-frame dos direitos na discussão sobre o Bolsa-Família. O direito social de possuir uma renda mínima, ao ser assegurado pelo Estado, faz com que os direitos se associem à “inclusão social” e não ao espaço do trabalho ou do reconhecimento social. Isso quer dizer que, politicamente, as beneficiárias do programa Bolsa-Família continuam excluídas. Todavia, acredito que, assegurado esse direito, descortina-se diante das beneficiárias um outro horizonte: a trajetória da luta por direitos.

<sup>42</sup> FRANÇA, Ronaldo. “Quem é o pai dos pobres?”, Veja, Brasil (A semana), pp.53-54, 28/12/05.

<sup>43</sup> Jornal Nacional, 01/11/05.

*O mercado por si só não vai resolver o problema dessas pessoas. Mesmo com a economia crescendo e com o desemprego em baixa, essa população extremamente pobre vai demorar muito mais para se beneficiar disso. Enquanto não se inserem no mercado, é preciso que tenham capacidade de se alimentar. Esse é um direito delas e uma responsabilidade do Estado. Negar isso é voltar a uma discussão de 70 anos atrás. (...) Estamos observando agora uma nova etapa de expansão desses direitos, ao garantir à população um poder aquisitivo mínimo. Os benefícios sociais têm aumentado em 21% a renda das famílias mais pobres. Não é pouca coisa e têm, em grande parte, ajudado a diminuir a desigualdade (Rômulo Paes, secretário de avaliação e gestão da informação do Ministério do Desenvolvimento Social).<sup>44</sup>*

150

Todavia, alguns dos atores acima elencados evidenciam, através da escolha dos frames que compõem seus argumentos, que a autonomia como independência financeira por meio de um trabalho digno aparece mais do que a autonomia enquanto exercício da cidadania, ou seja, a autonomia que se origina da participação na formulação das políticas sociais às quais os cidadãos se submetem. A dimensão de “luta por direitos” fica à sombra da dimensão financeira.

### **Encontro discursivo: a resposta das beneficiárias aos enquadramentos da mídia**

Como mencionamos anteriormente, a decisão de trazer as “falas” da mídia e dos atores por ela encampados para os grupos focais tinha como objetivo não um estudo de audiência, ou desenvolver um estudo aprofundado sobre como as beneficiárias produzem julgamentos informados pela mídia por suas experiências e pela sabedoria popular, mas, sim, promover um encontro entre os frames utilizados pelos atores envolvidos na deliberação mediada, e os frames promovidos pelas beneficiárias ao longo de nossa discussão. Tanto que a mídia só é trazida para o grupo em um segundo momento de discussão. Esse recurso metodológico permitiu que, em um primeiro momento, elas mesmas identificassem e produzissem frames próprios para abordarem suas experiências com relação à condição de beneficiárias do Bolsa-Família. O objetivo, portanto, não era fazer com que os frames

---

<sup>44</sup> “Bolsa-Família alivia pobreza, diz governo”, Folha de S. Paulo, Brasil A6, 25/12/05.

produzidos pelas beneficiárias fossem resultado de um desdobramento dos frames midiáticos, mas que fossem independentemente produzidos para, então, serem confrontados com os frames escolhidos pelos participantes do debate ocorrido no espaço de visibilidade midiática.

Sendo assim, a apresentação dos discursos midiáticos nos grupos focais reuniu argumentos que contivessem preferencialmente o frame da autonomia, ou seja, o frame que aborda a independência financeira, política e moral dos beneficiados. Após uma leitura em voz alta de todas as frases<sup>45</sup>, elas foram instadas a manifestarem, de modo livre, suas observações acerca das frases lidas. Algumas participantes escolheram frases específicas para comentar e, em outros momentos, as frases incentivaram o debate entre elas. Organizamos essas manifestações orientando-nos pelos frames identificados na seção anterior. Todavia, consideramos mais interessante nomeá-los de modo diferente.

### 1) Dependência x Autonomia ou Esmola x Trabalho

Aqui, além de retomarem as questões enfocadas na primeira fase do debate (sem os textos da mídia), elas apontam os desafios da política de criação de empregos mostrando obstáculos que enfrentam rotineiramente.

**Moderador:** o que chamou a atenção de vocês sobre o que lemos?

**A:** se a gente parar pra analisar, eles acham que a Bolsa-Família praticamente tá sendo uma esmola pra ajudá os pobres. Não tá certo.

**C:** Fica sustentando a gente. Ninguém quer receber Bolsa-Família, não. Se tivesse serviço para todo mundo, ninguém tava pegando isso aqui.

**A:** pior que não tava mesmo não.

**C:** se tivesse um serviço...

**A:** e um salário digno, né? Porque com um salário de 300 reais, pra quem tem 5 filhos igual eu, isso aí não tá com nada, não. Vai assim, ó, no vapt vupt.

**MF:** (...)Devia de liberar mais emprego pros de menor, entendeu? Dar mais serviço.

(...)

**C:** Isso aí não vai acontecer nunca. (...) Vai ter sempre um aí pedindo emprego e recebendo um “não” na cara afora.

**Moderador:** você acha que as pessoas nunca vão conseguir ser independentes?

---

<sup>45</sup> As frases lidas no grupo, bem como os trechos textuais dos jornais televisivos, encontram-se marcadas em itálico na seção anterior.

C: Consegue, mas eu tô falando assim, que vai ter sempre alguém pedindo, esperando um serviço e não tem. Porque tem poucos aí que têm demais e muitos que não têm nada.

(...)

G: Só acho assim, que se tiver força de vontade pode mudar, dependendo... [Grupo Focal Barreiro]

A dificuldade de encontrarem oportunidades de emprego é um ponto comum abordado pelas beneficiárias dos três grupos realizados. Contudo, podemos perceber no trecho de diálogo acima transcrito que a beneficiária C. associa essa dificuldade à uma “imutável” distribuição desigual de riquezas. O conformismo em aceitar uma situação perene de desemprego fica bem marcado na utilização de expressões determinísticas como “muitos têm pouco e poucos têm muito”.

N: eu penso assim, por que o governo não escuta a fala da população? “Cê qué uma Bolsa-Família?” “não, eu quero um emprego”. Todo mundo fala isso. Toda entrevista. (...) Ninguém fala assim “ah, eu queria que o governo mandasse um dinheiro pra mim”, “eu queria uma bolsa”.

A: em vez de Bolsa-Família, emprego. Emprego é mais do que a bolsa, bem mais.

E: é emprego, porque às vezes cê vai numa fila e falam assim “ah, tá fazendo inscrição ali, tá fichando ali”. Ocê chega lá no serviço e cadê? Fala que é tantas vagas, chega lá não tem é nada! [Grupo Focal Pampulha]

A fala da beneficiária N. nos remete à falta de participação das beneficiárias nos processos deliberativos que dão origem às políticas e normas às quais se submetem. O fato de ela identificar que o governo não escuta “a fala da população” sugere que o mesmo adota uma postura paternalista de quem sabe o que seria bom para os pobres.

## 2) O Enquadramento do Paternalismo

A pobreza política muitas vezes vem acompanhada do paternalismo, pois, aquele que não encontra disponíveis meios de exercitar suas capacidades de converter recursos em fins, passam a depender do auxílio alheio. É importante esclarecer que a autonomia não deixa de existir simplesmente pela presença da dependência. Contudo, como ressalta Marina Oshana (2003), quando a dependência passa a afetar negativamente a vida cotidiana das pessoas, impondo a elas uma concepção externa do que é digno de valor e do que seria uma vida adequada, há um grande risco para a autonomia. Segundo

Robert Dahl (1989) e David Held (1987), o paternalismo fere o pressuposto da autonomia pessoal na medida em que esse pressuposto defende que os indivíduos são os melhores juizes e os defensores mais atentos de seus próprios interesses.

**C:** O Lula pensa que esse programa dele vai acabar com a fome mesmo. Que é ele que tá acabando com a fome de todo mundo. É isso que ele pensa.

**Moderador:** mas é o governo que acaba com a pobreza, ou é a gente lutando no dia-a-dia?

**C:** pelo jeito que ele falou ali, ele pensa que é ele...

**A:** Mas é a gente mesmo que vai acabando no dia-a-dia...

**C:** Ele acha que se não fosse o Bolsa-Família tava todo mundo passando fome. Não é bem assim. Isso aí é uma ajuda muito boa, não dá para negar.

**A:** É uma ajuda né, porque é muito pouco. Na época aí de uns 20 anos atrás não existia Bolsa-Família e tinha ainda gente com uma situação pior que a nossa. E os pais conseguiam fazer os filhos deles gente.

(...)

**G:** eu acho assim, que o Bolsa-Família é só assim... tipo, um empurrãozinho que ele dá, né? Aí depois cada um vai andar com suas perninhas, porque ela ajuda, né? Se for confiar só naquela Bolsa, aquele dinheiro não dá, não.

**C:** Cê compra o básico, o resto cê se vira. [Grupo Focal Barreiro]

**M** [comenta Maria Helena Castro]: eu acho assim, que pra pessoa se qualificar tem que ser com o trabalho da gente e com um salário melhor. (...) Como é que você vai se qualificá com o Bolsa-Família? Aquele dinheiro é pra dentro da sua casa, cê não vai... Assim, cê pode tá fazendo um curso, ocê vai tirá dos seus filhos prá fazê esse curso procê se requalificá. Eu penso assim, eu vou me qualificar com o meu salário, com o que eu ganho. (...) Acho que eu vou caminhar com as minhas próprias pernas sim, mas sem o Bolsa-Família. Se faltá pra mim amanhã e eu tô pagando um curso com esse dinheiro, como é que eu vou terminá esse curso? [Grupo Focal EJA]

Nos dois trechos acima transcritos podemos perceber que as participantes dos grupos focais demonstram saber escolher o “que é melhor para elas” a partir das opções de que dispõem. Elas têm consciência de que não dá para compor um plano de vida somente a partir do Bolsa-Família. Para se qualificar e para “caminhar com as próprias pernas” é preciso muito mais do que a juda do governo, é preciso “se virar”.

Se podemos identificar no discurso das beneficiárias elementos que nos permitem afirmar que elas desenvolvem sua autonomia pessoal - no campo das escolhas elas agem como “avaliadoras fortes”<sup>46</sup> das opções decisórias a seu alcance e nas interações cotidianas elas se empenham na sustentação racional de princípios éticos de bem-viver -, o mesmo não pode ser dito sobre a dimensão da autonomia política<sup>47</sup>. É muito difícil pensarmos em como as beneficiárias do Bolsa-Família poderiam perceber a si mesmas como autoras das políticas e leis que regem suas vidas. As beneficiárias encontram-se em uma situação em que elas não podem desvencilhar-se da inclusão política, nem da exclusão pública:

*De um lado, grupos politicamente empobrecidos não podem evitar a exclusão pública; eles não podem iniciar com sucesso uma atividade coletiva de deliberação pública. Por outro lado, tais grupos não podem evitar uma inclusão política, uma vez que eles são os destinatários legais de acordos deliberativos sobre os quais não possuem nenhum controle ou influência. Porque eles não podem iniciar a deliberação, seu silêncio é tomado como consentimento pelos participantes mais poderosos que estão aptos a ignorá-los (Bohman, 1997, p.333).*

154

Há inúmeros obstáculos para que as beneficiárias do Bolsa-Família consigam entender-se como co-autoras das políticas as quais se submetem. Do paternalismo à pobreza material e política, há ainda um longo caminho a ser trilhado para que elas alcancem o reconhecimento social que garante a elas uma participação ativa em processos deliberativos e decisórios.

## **Direitos, Reconhecimento e Injustiça**

Relações sociais marcadas pelo preconceito, pela estigmatização e pela violência física e simbólica acentuam o grau de vulnerabilidade de um indivíduo ou grupo ao enfraquecimento de sua autonomia. Assim, nossa autonomia se encontra ameaçada não só em situações de carência material, mas sobretudo de desvalorização social. Certamente a pobreza material impõe

<sup>46</sup> Cooke (1999) atribui aos indivíduos a qualidade de avaliadores fortes (*strong evaluators*), ou seja, a qualidade de fazer distinções qualitativas entre o bom ou ruim, o que é digno de valor ou não, o que tem importância e significado, o que é principal ou secundário.

<sup>47</sup> A autonomia política é definida por Habermas (1997) em termos da participação em processos de tomada de decisão e legislação. Esse ideal de co-autoria das normas e leis requer que os cidadãos sejam capazes de aceitar leis e políticas como válidas por razões que eles mesmos possam aceitar como válidas.

<sup>48</sup> Como aponta Cohen, as “desigualdades de riqueza ou a ausência de medidas institucionais destinadas a compensar as conseqüências dessas desigualdades podem servir para minar a igualdade requerida nas arenas deliberativas” (1997, p.80).

sérios limites às oportunidades de ação e de escolhas das beneficiárias do Bolsa-Família. Nessa condição, elas têm comprometidas tanto sua capacidade de organização ou associação (Sherer-Warren, 2003; Warren, 2001) quanto suas capacidades deliberativas.<sup>48</sup>

Joel Anderson e Axel Honneth (2005) afirmam que experiências sociais de reconhecimento recíproco são essenciais para que os indivíduos desenvolvam um auto-entendimento positivo. Nesse sentido, a auto-confiança (adquirida nas relações de amor e amizade); o auto-respeito (alcançado nas relações legalmente institucionalizadas garantindo o respeito pela dignidade e valor moral das pessoas) e a auto-estima (construída nas redes de solidariedade e de valores compartilhados, através dos quais o valor particular dos membros de uma comunidade podem ser reconhecidos) somente são alcançados na relação com o outro, não devendo ser confundidos com valores intrínsecos ou com conquistas individuais.

A dimensão da auto-estima é desenvolvida por meio de um processo dinâmico no qual os indivíduos passam a se ver como possuidores de um certo status. Tal status indica que eles são capazes de contribuir, através de suas capacidades próprias, para um projeto coletivo. Nesse sentido, contribuir com o próprio trabalho para o crescimento social confere às beneficiárias um valor que só pode ser conquistado quando os “outros” reconhecem nossas capacidades e qualidades particulares:

**N:** eu falo trabalho, porque sinceramente eu não quero oportunidade de emprego. Eu quero oportunidade de trabalho, de gerar renda. Porque eu não quero ser empregada, eu quero podê montá meu próprio negócio, porque eu tenho capacidade de ser uma empresária como qualquer um outro. Não precisa ser empregado de ninguém. (...) Eu sei fazer muitas coisas, eu tenho capacidade de fazer muitas coisas que dá dinheiro. Eu só preciso de oportunidade pra fazê isso.

**C:** só que isso aqui também é mais aparecê, né? Porque a pessoa dá essa ajuda aqui, mas é porque eles sabem que vai aparecê na televisão, né?

**N:** mostrá que é bonzinho, tá ajudando.<sup>49</sup>

(...)

Moderador: todo mundo aqui queria ter o próprio negócio?  
[todas respondem que sim]

**CL:** eu aprendi a fazer cesta de jornal. Mas eu fico assim tão desanimada...

**N:** mas é porque é só ela, né? Porque se ela soubesse, eu vô fazê 10 cestas porque tem mercado, ela ia fazê 20, 30. Falta

<sup>49</sup> É interessante percebermos aqui como as beneficiárias conseguem tematizar o cenário do jogo político da disputa discursiva por imagem. Para elas, os candidatos elaboram políticas sociais para acentuarem sua imagem de “bonzinhos” na cena de visibilidade midiática.

impulso, falta isso. É aquela injeção de ânimo para a população. [Grupo Focal Pampulha]

A dimensão do auto-respeito é assegurada no campo dos direitos. O respeito social é conquistado quando os indivíduos são percebidos como agentes moralmente responsáveis e capazes de defender publicamente seus argumentos, partindo do pressuposto de que são “portadores de direitos”, o que lhes garante dignidade. Mas, uma vez que somente garantir direitos não assegura diretamente a autonomia, é preciso que cada um se entenda como cidadão capaz de lutar por seus direitos. Podemos perceber através dos debates realizados nos grupos focais que a questão dos direitos aparece inúmeras vezes. O entendimento de que o emprego é um direito, por exemplo, revela a tematização dos direitos sociais, assim como o esboço de um auto-entendimento caracterizado pela noção do “cidadão portador de direitos”:

A [comenta Gilberto Dimenstein]: a gente sabe que a Bolsa-Família não é esmola e que também não é uma aposentadoria, né? A gente nunca acredita que vai receber pra sempre, não. O que a gente quer mesmo é um emprego e ter o da gente. (...) O dia que eles falá que não vai ter mais dinheiro, então que eles preparem um emprego melhor pra mim, porque eu tô querendo mesmo é ganhá o meu dinheiro...

156

AC: o emprego é um direito da gente depois, né não? [Grupo Focal EJA]

A questão da auto-estima e da paridade de direitos aparece entrelaçada quando as beneficiárias comentam a reportagem do Jornal Nacional (01/11/05) que traz o depoimento de uma beneficiária negra (ver seção anterior). O argumento de que brancos e negros deveriam ter os mesmos direitos remete à problemática do preconceito e da interiorização de um status de inferioridade. Vimos anteriormente que padrões de desmoralização envolvem um dano não só à autonomia, mas ao auto-entendimento e à identidade das beneficiárias. Contudo, resistir à degradação moral e à estigmatização ligada ao estatuto de “beneficiário” é algo que deve ser construído coletivamente, através de lutas por reconhecimento travadas nos diferentes âmbitos de convivência desses indivíduos.

C: o que me chamou a atenção foi a respeito da cor, do racismo, porque o branco tem um direito a um trabalho, e o negro, quando vai procurar, por causa da cor, ele não consegue emprego. Sendo que não tem nada a ver uma coisa com a outra. (...) Porque às vezes a pessoa já dispensa, mas não faz uma

experiência, como é que vai sabê se aquela pessoa vai dar conta ou não?

N: é aquela questão mesmo do social, né? É dar oportunidade pras pessoas independente de cor, raça, credo, porque o trabalho dá dignidade... o cara entende “eu sou capaz, eu posso”, entendeu? Ninguém quer **esmola** não, a pessoa quer ser digna. Digno no seu **trabalho**, digno no seu salário. [Grupo Focal Pampulha]

Através da análise aqui empreendida, vimos que o enquadramento da esmola e do trabalho estão sempre presentes na fala das participantes do grupo, indicando seu incômodo em revelar a dependência de programas como o Bolsa-Família, todavia expressando a consciência de que é preciso buscar a própria auto-sustentação e a dignidade trazida pela sensação de ser valorizada pelo emprego de suas próprias capacidades.

### Considerações Finais

A autonomia é algo que se conquista ativamente em um contexto social específico, o que implica que não se pode simplesmente neutralizar as influências forjadas nesse contexto, mas sim avaliá-las de modo que os agentes adequem seu comportamento de acordo com seus próprios objetivos e valores. Conseqüentemente, uma concepção social de autonomia precisa mostrar não só como a autonomia é compatível com a interdependência e a confiança, mas também que a auto-afirmação é adquirida e mantida somente através de processos sociais de diálogo crítico e questionamento mútuo.

Mostramos neste artigo que os enquadramentos utilizados pelos atores que compuseram o debate mediado a longo prazo aproximaram-se bastante dos enquadramentos construídos pelas beneficiárias do programa Bolsa-Família. Isso nos revela que a grande questão das políticas sociais ainda é estruturada pela oposição da dependência e da autonomia. Todavia, acredito que o Bolsa-Família, por mais que apresente grandes falhas (inclusive apontadas pelas beneficiárias que não querem ter sua identidade associada a termos como “parasitas”, “carentes”, “mendigas” etc), vêm possibilitando o descortinamento de um novo horizonte antes desconhecido pelas beneficiárias. A realização dos grupos focais em ambientes nos quais elas já possuem certa familiaridade – e mais, que utilizam esses ambientes para conversações e encontros rotineiros, seja na sala de aula (as beneficiárias do Programa Educação de Jovens e Adultos/EJA), seja no galpão de reciclagem (as beneficiárias da COMARP) – revela o quanto é importante um deslocamento que a princípio pode parecer simples: o “sair de casa” para ir ao encontro do outro.

Quando a carência material torna-se insustentável, quem consegue sair de casa para reunir-se com as vizinhas e bordar, separar material reciclável ou estudar? Todo o tempo é dedicado à obtenção do alimento, do vestuário, dos remédios etc. A partir do momento em que as beneficiárias sabem que podem contar com o dinheiro do programa, elas se sentem mais dispostas a frequentar os espaços comuns, sejam aqueles disponibilizados pela prefeitura (como o NAF – Núcleo de Apoio à Família, por exemplo), sejam aqueles espaços de convivência do dia-a-dia (parques, comércios, igrejas, mercados etc). É nesses espaços que as beneficiárias podem desenvolver: i) o sentido individual de eficácia da ação política; ii) as capacidades cognitivas e de troca de razões, e iii) as virtudes cívicas, ou seja, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido pelos outros como agente moral e digno.

Acredito que o movimento de “sair de casa” para associar-se aos outros através das conversações e do trabalho conjunto é a grande contribuição que o Bolsa-Família pode oferecer à dissolução da imagem do “pobre carente” para que possa se revelar como cidadão. Como expresso na fala de uma das participantes do Grupo Focal da Pampulha, esse movimento permite também que as beneficiárias vislumbrem novas alternativas para suas vidas, inclusive de integração em projetos coletivos, o que lhes abre um novo leque de direitos e possibilidades de conquista da autonomia:

158

N: Eu acho que é uma boa proposta de... desse trabalho coletivo de ensinar as pessoas também que elas são capazes de ter um próprio negócio, sabe? Não é uma construção fácil, não. É uma mudança de hábito, é uma mudança de mentalidade (...) e eu acho que nessa questão hoje de cada dia viver mais o desemprego, eu acho que a pessoa construir o seu próprio trabalho é interessante, em cima daquilo que cê qué fazê, que cê gosta de fazê. (...) Talvez não é uma coisa que eu gosto muito de fazê, mas é uma coisa que vai me levá a fazê aquilo que eu gosto, entendeu? De repente, eu posso entrá num projeto até, digamos assim, eu não quero separar... que as pessoas falam assim “separá lixo, separá material reciclável”, mas ali eu vou descobrir novas propostas pra mim tá entrando em outros projetos, em outros programas, porque só de eu tá aqui no NAF, eu já consegui descobrir várias coisas. [Grupo Focal Pampulha]

Gostaria de ressaltar ainda que o processo de implantação de uma política pública ou social não termina com sua institucionalização legal, mas prossegue através dos debates, conversações e deliberações em vários âmbitos: na esfera de visibilidade midiática, em fóruns formais de discussão e em espaços informais de conversação cotidiana que alimentam o amplo sistema deliberativo. Afinal, é nesses contextos que se busca, através do

embate discursivo, novos entendimentos de problemas coletivos por meio de uma reflexão coletiva e crítica.

### Referências Bibliográficas

ACKERMAN, B. & FISHKIN, J. "Deliberation Day". In: FISHKIN, James & LASLETT, Peter. *Debating Deliberative Democracy*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 7-30.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. "Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza". In: *Estudos Avançados*, v.9, n.24, 1995, pp.75-116.

ANDERSON, Joel. "Autonomy and the Authority of Personal Commitments: from internal coherence to social normativity". In: *Philosophical Explorations*, v.6, n.2, 2003, pp.90-108.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. "Autonomy, Vulnerability, Recognition, and Justice". In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel (eds.). *Autonomy and the Challenges to Liberalism: New Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 127-149.

BRYMAN, Alan. "Focus Groups". In: *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 335-351.

BOHMAN, James. "Public Deliberation: pluralism, complexity, and democracy". Massachusetts: Mit Press, 1996.

BOHMAN, James. "Deliberative Democracy and Effective Social Freedom: capabilities, resources, and opportunities". In: BOHMAN, James; REHG, William (eds.). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: Mit Press, 1997, pp.321-348.

CHAMBERS, Simone. "Behind closed doors: publicity, secrecy, and the quality of deliberation". In: *The Journal of Political Philosophy*, v.12, n.4, 2004, pp.389-410.

COHEN, Joshua. "Procedure and Substance in Deliberative Democracy". In: BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and Difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996, pp.95-119.

\_\_\_\_\_. "Procedure and Substance in Deliberative Democracy". In: BOHMAN, James; REHG, William (eds.). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: Mit Press, 1997.

\_\_\_\_\_. "Deliberation and Democratic Legitimacy". In: BOHMAN, James; REHG, William (eds.). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: Mit Press, 1997.

\_\_\_\_\_. "Democracy and Liberty". In: ELSTER, John (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 185-231.

CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel. "Introduction". In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel (eds.). *Autonomy and the Challenges to Liberalism: New Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 1-23.

\_\_\_\_\_. "Autonomy in moral and political philosophy". In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy – on line version* <<http://plato.stanford.edu/entries/autonomy-moral/>>.

COOKE, Maeve. "Five arguments for Deliberative Democracy". In: *Political Studies*, v.48, 2000, pp.947-969.

\_\_\_\_\_. "Authenticity and Autonomy: Taylor, Habermas, and the Politics of Recognition". In: *Political Theory*, v.25, n.2, April 1997, pp.258-288.

\_\_\_\_\_. "A space of one's own: autonomy, privacy, liberty". In: *Philosophy & Social Criticism*, v.25, n.1, 1999, pp.23-53.

DAHL, Robert. "Personal Autonomy". In: \_\_\_\_\_. *Democracy and its critics*. New Haven, London: Yale University Press, 1989, pp.97-105.

DRYZEK, John. "Deliberative Democracy and Beyond – Liberals, Critics, Contestations". Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. "Legitimidade e Economia na democracia deliberativa". In: COELHO, Vera Shattan; NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004, pp.41-62.

GAMSON, William. "Talking Politics". Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. "Media discourse and Public Opinion on Nuclear Power; a constructionist approach". In: *American Journal of Sociology*, v.95, n.1, 1989, pp. 38-107.

GAMSON, William. "News as framing". In: *American Behavioral Scientist*, v.33, n.2, 1989, pp.157-161.

GRUPO de Estudos sobre a Construção Democrática (Unicamp). "Esfera pública e democracia no Brasil". In: *Idéias*, 5(2)/6(1), 1998-99, pp.43-74. Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática.

GOMES, Wilson. “Transformações da política na era da comunicação de massa”. São Paulo : Paulos, 2004.

\_\_\_\_\_. “A Política de Imagem”. In : Revista Fronteiras – estudos midiáticos, v.1, n.1, dezembro 1999, pp.145-175.

GOODIN, Robert ; NIEMEYER, Simon. “When does deliberation begin ? Internal reflection versus public discussion in deliberative democracy”. In : Political Studies, v.51, 2003, pp.627-649.

GUTMANN, Amy & THOMPSON, Dennis. “Deliberative democracy beyond process”. In : The Journal of Political Philosophy, v.10, n.2, 2002, pp.153-174.

HABERMAS, Jürgen. “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HELD, David. “Modelos de Democracia”. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HONNETH, Axel. “The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts”. Cambridge: MIT Press, 1995.

KITZINGER, Jenny. “The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants”. In: Sociology of Health and Illness, v.16, n.1, 1994, pp.103-121.

LUNT, Peter; LIVINGSTONE, Sonia. “Rethinking the focus groups in media and communication research”. In: Journal of Communication, v.46, n.2, 1996, pp.79-98.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. “Dos Dilemas da Visibilidade Midiática para a Deliberação Pública”. In : LEMOS, André et al. (orgs.). Livro da XII Compós : Mídia.br. Porto Alegre : Sulina, 2004, pp.9-38.

MANIN, Bernard. “L’idée de démocratie délibérative dans la science politique contemporaine”. In: Politix, v.15, n.57, 2002, pp.37-55.

MANSBRIDGE, Jane. “Everyday Talk in Deliberative System”. In: MACEDO, Stephen (ed.). Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.211-239.

MORGAN, David. “Focus Groups as qualitative research”. London: Sage, 1997.

\_\_\_\_\_. “Focus Groups”. In: Annual Review of Sociology, v.22, 1996, pp.129-152.

NEUMAN, Russell; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. "Common Knowledge. News and the construction of political meaning". Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

OSHANA, Marina. "How much should we value autonomy". In: *Social Philosophy & Policy*, 2003, pp.99-126.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald. "Framing as strategic action in public deliberation". In: REESE, Stephen; GANDY, Oscar; GRANT, August (eds.). *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, pp. 35-65.

PAUGAM, Serge. "La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté". Paris: PUF, 1993.

ROSTBOLL, Christian. "Preferences and Paternalism – on freedom and deliberative democracy". In: *Political Theory*, v.33, n.3, June 2005, pp.370-396.

SCHEUFELE, Dietram. "Talk or Conversation? Dimensions of Interpersonal discussion and their implications for participatory democracy". In: *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v.77, 2000.

SHAPIRO, Ian. "Optimal Deliberation". In: *The Journal of Political Philosophy*, v.10, n.2, 2002, pp.196-211.

162

SCHERER-Warren, Ilse. "A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão." In: *Política & Sociedade*, n.3, 2003, pp.71-93.

TELLES, Vera da Silva. "Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno". In: \_\_\_\_\_. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999, pp.79-134.

WARREN, Mark. "Democracy and Association". Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2001.